

As lutas que não acabaram

No fim de 2009, o Sindsep-DF lançou uma campanha em painéis e ônibus nas ruas do Distrito Federal para exigir que o presidente Lula atenda com celeridade as reivindicações dos servidores (Ilustração abaixo). O primeiro Esplanada Geral de 2010 (EG 359) fez um balanço das lutas de 2009 e das que precisam ser continuadas com engajamento e sem interrupção no novo ano.

Por força do calendário eleitoral, 2010 será um ano curto para as lutas, sendo abril o limite para aprovação no Congresso de propostas com me-

lhorias para o funcionalismo, queira com início da vigência de impactos para 2010 quanto para 2011. Por isso, servidor, fique atento para as convocatórias e participe das

atividades organizadas pelo Sindsep-DF e suas Seções Sindicais.

O governo concedeu melhorias para muitos setores, mas é inegável

que alguns setores ainda estão jogados em um fosso criado ou aprofundado pelo próprio governo. O funcionalismo continua lutando pela isonomia entre os

Três Poderes, mas alguns setores importantes para a manutenção da soberania e desenvolvimento do país estão precisando de isonomia com os demais setores dentro do próprio Executivo. Estas discrepâncias de tratamento causam, entre outras coisas, grande desmotivação e evasão de servidores. Basta acompanhar os constantes pedidos de exoneração no Diário Oficial da União.

Vamos à luta! Para comemorar um saldo de conquistas permanentes é preciso junto com a Condesf e a CUT exigir do governo Lula o atendimento das reivindicações.

Principais lutas gerais do funcionalismo:

- Planos de carreira
- Novas tabelas salariais
- Data-base para os servidores federais
- Paridade ativo, aposentados e pensionistas
- Reajuste do auxílio-alimentação
- Reajuste nos valores da assistência à saúde
- Nomeações de concursados classificados para cargos efetivos
- Defesa da CUT contra o imposto sindical e a unicidade
- Contra o PLP 549/09 que congela os salários
- Recusa das contratações temporárias e demais terceirizações
- Contra o desmonte dos órgãos e a retirada de atribuições dos servidores
- Contra a criação de carreiras transversais ou horizontais e agências
- Petróleo e Pré-sal para os brasileiros.
- Transposição com aglutinação de cargos.

LULA, para ^{ter} um 2010 feliz, ATENDA as reivindicações dos SERVIDORES!

Desdobramentos da MP 479/09 para o PECFAZ exigem muito alerta e luta dos fazendários

Após minuciosa análise da MP 479 e seus desdobramentos para o PECFAZ, o Sindsep-DF considera oportuno esclarecer alguns pontos da medida provisória:

1- A partir da edição da MP, o governo cria dois cargos novos para integrar o PECFAZ, um de nível superior e outro de nível intermediário, respectivamente denominados Analista Técnico Administrativo e Assistente Técnico Administrativo;

2- A medida transpõe os servidores recém-nomeados para o cargo de Assistente Técnico Administrativo (ATA) do PECFAZ. Lembrando que os referidos servidores ingressaram no quadro de pessoal da Fazenda no PGPE, com tabela remuneratória menor e passarão a fazer jus à remuneração do PECFAZ

a partir de janeiro/2010;

3- Os cargos antigos do quadro de pessoal da Fazenda que já integravam o PECFAZ desde a edição da MP 441/08 (Lei nº 11.907/09) ainda não foram “enquadrados”, ou melhor, ainda não foram aglutinados nos novos cargos recém-criados;

4- A negociação sobre a aglutinação dos cargos deve ser concluída ainda em janeiro/2010, conforme alega a Coordenação-Geral de Relações Sindicais do MPlanejamento;

5- O nº de vagas criadas para o PECFAZ na MP diz respeito apenas ao futuro ingresso por concurso público e não limita a aglutinação dos cargos, pois as vagas antigas ao serem aglutinadas serão absorvidas para o quadro do PECFAZ;

6- O governo tenta novamente fixar os previdenciários na Fazenda. Com a MP 479 o governo transpõe os previdenciários para o PECFAZ. O prazo para o retorno desses servidores que não pretendem permanecer no PECFAZ é dia 31 de julho de 2010. O governo dessa vez transpõe esses cargos de forma diferente. Na edição da MP 441 a transposição se dava para a tabela respectiva a do PECFAZ, menor do que a do Seguro Social, portanto, não houve adesão por parte desses servidores ao Plano da Fazenda. Agora, na MP 479, a tabela remuneratória é a de origem, ou seja, será à do Seguro Social até 2012 (vide MP 479, art. 8º que modifica o art. 258-A da Lei nº 11.907/09);

7- A edição da MP 479 poderia ter solucionado a

questão dos servidores de nível auxiliar no tocante ao acerto dos valores relativos ao vencimento básico, mas o governo não o fez. A solução está demorando muito a ser apresentada pelo governo que já admitiu o engano e deve ser cobrada com mais rigor pela Condsef na próxima reunião.

Após esses esclarecimentos, o Sindsep-DF alerta aos servidores do PECFAZ que o governo ainda não cumpriu totalmente o acordo que fez com a categoria. Falta a aglutinação dos cargos e a equiparação com a categoria do Seguro Social. Porém, ressalta o avanço que o PECFAZ alcançou com a transposição dos recém nomeados servidores ATA, com a criação dos cargos no PECFAZ, o que permitirá a aglutinação dos antigos, e mesmo

com a nova lambança do governo quando transpõe os previdenciários com remuneração diferenciada dentro do mesmo plano, ajudou a garantir o direito ao reivindicar a justa equiparação salarial.

Enfim, o governo ao editar a MP demonstra que só atende sob forte pressão depois de calcular e medir o tempo máximo para fazê-lo. Dessa maneira, o governo deseja ganhar tempo para perceber se precisa mesmo cumprir todos os itens dos acordos.

Portanto, caberá aos fazendários exigir com mais força e garantir que o PECFAZ se fortaleça e se estruture como a mais nova carreira tributária da Fazenda. A próxima reunião entre o DENFA e o Planejamento será no dia 25/01, às 15h.

MMA, Ibama, ICMBio e SFB

Lula, também queremos nossa MP já!

Os servidores, nos estados e Distrito Federal, munidos de texto base, devem continuar a buscar apoios de parlamentares, solicitando que o enviem ao ministro Paulo Bernardo. O texto pode ser encontrado no www.sindsep-df.com.br. Essa atividade, as demais programadas e outras que vierem a ser convocadas continuarão, até que, o governo envie ao Congresso Nacional a minuta de Medida Provisória contida no Aviso 238/09, assinado pelo ministro Carlos Minc e encaminhado ao Ministério do Planejamento.

No dia 20.01, quarta-feira, às 13h20, os servidores do MMA fazem assembleia na portaria da sede do



órgão para avaliar informe a respeito da reunião com a secretária-executiva do MMA, Izabella Teixeira, ocorrida em 21.12.09, preparar a participação na paralisação de 27.01 e discutir assuntos institucionais e jurídicos.

Servidores do MMA, Ibama, ICMBio e SFB para comemorar uma conquista permanente participem das atividades do calendário de

mobilização nacional:

- 27.01 - “Paralisação de 24h” com protestos nos estados e DF.

- 22 a 24.02 - “Paralisação de 72h” sendo:

- 22.02 - Protestos nos estados e DF durante o aniversário do Ibama;

- 23.02 - “Ato nacional” em Brasília com a participação de delegados vindos dos estados;

- 24.02 - “Plenária Setorial” em Brasília a ser organizada pela Condsef, conforme deliberação do “Encontro Nacional Setorial” do MMA, Ibama, ICMBio e SFB, ocorrido em Brasília, em 11.12.09.

- 03.03 - “Indicativo de greve” nacional por tempo indeterminado.

Servidores do MMA exigem esclarecimentos sobre progressão e promoção funcional

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do MMA ainda não tem claras as regras de progressão e promoção funcional. As incertezas têm causado grande insatisfação e preocupação entre os servidores. Diante do problema, a Seção Sindical do Sindsep-DF no MMA protocolou, no dia 13.01, expediente solicitando esclarecimentos a respeito do tema. Leia mais em www.sindsep-df.com.br.



Planejamento admite necessidade de reduzir padrões

No dia 12.01, foi realizada a primeira reunião dos servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o Ministério do Planejamento, em cumprimento ao acordo que suspendeu a greve do setor, no final do ano passado. Em assembleia no dia 13.01, os servidores avaliaram como positiva a reunião, já que o Planejamento admitiu a necessidade de reduzir o tempo que

um servidor leva para alcançar o topo da carreira de 36 para 20 anos. O governo ficou de apresentar uma proposta concreta sobre esses dois tópicos na próxima reunião, agendada para o dia 05.02. Na mesma reunião, terão início as discussões sobre a equiparação das tabelas e a GQ. Os servidores farão nova assembleia dia 08.02, às 15h, para avaliar a proposta do governo.



13.01: assembleia dos servidores do FNDE avalia como positiva a reunião com o governo

Servidores voltam a discutir greve

No dia 01.02, os servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizam assembleia para deliberar sobre indicativo de greve a partir do dia 05.02, caso as negociações com o governo não avancem, como aconteceu com na segunda reunião dos servidores do órgão com o Planejamento, dia 11.01. Na ocasião foi apresentado o estudo realizado pela comissão de negociação. Também foram iniciadas as discussões sobre a redução do número de padrões dos atuais 20 para 13 e do interstício de 18 para 12 meses.

Os servidores não abrem mão da pauta reivindicatória e apresentou um estudo do impacto orçamentário e financeiro, mas o Planejamento se negou a discutir a questão. A próxima reunião está agendada para o dia 04.09. Para pressionar o Planejamento a progredir nas negociações, os servidores farão uma vigília no



12.01: servidores do INEP aprovam assembleia para deliberar sobre a greve

mesmo dia em frente ao Bloco C, a partir das 15h. Haverá ônibus saindo do INEP às 14h.

Pauta de reivindicações:

- Redução de 24 para 13 padrões;
- Redução de 5 para 4 o número de classes de capacitação;
- Redução do prazo para progressão entre os padrões de 18 para 12 meses;
- Redução do prazo para promoção por capacitação de 60 para 36 meses;
- Criação de gratificação

por graduação para o nível intermediário;

- Retribuição por Titulação e Gratificação por Qualificação definidas em bases percentuais e diferenciadas (especialização - 27%; mestrado - 52,5% e doutorado - 105%);

- Unificação das tabelas do plano de carreira (pesquisadores e técnicos) e do PEC-INEP;

- Revisão do VB e do ponto da GDIAE;

- Reabertura para adesão dos servidores do PGPE no PEC-INEP.

Governo se diz favorável ao plano específico

Em reunião com representantes dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego, dia 13.01, o Ministério do Planejamento sinalizou com a possibilidade de construir um plano de carreira específico para o setor. Três novas reuniões ficaram agendadas para os dias 27.01, 10.02 e 22.02, quando o governo vai apresentar uma resposta concreta sobre o plano de carreira. As demais reuniões com o Planejamento serão para fechar as negociações dos itens do acordo firmado para a suspensão da greve.

Seminário

Nos dias 03 e 04.02, os servidores do MTE nos estados participam de Se-

minários Regionais para discutir melhorias nas condições de trabalho e a implementação do funcionamento ininterrupto de 12 horas das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) e jornada de seis horas para os servidores.

As propostas aprovadas nos seminários estaduais serão debatidas e condensadas no Seminário Nacional que acontece dias 03 e 04.03.

E assembleia realizada dia 14.01, os servidores avaliaram como positivo o andamento das negociações. Nova assembleia dia 28.01, às 10h, para avaliar a segunda rodada de negociações.



13.01: assembleia dos servidores do MTE

Abaixo-assinado para conserto do elevador

O Sindsep-DF protocolizou abaixo-assinado para cobrar da direção da Funasa o conserto de um dos elevadores sociais do prédio da Presidência. O documento foi encaminhado ao diretor de Administração do órgão, Carlos Luiz Barroso Júnior. Numa reunião anterior a entrega do abaixo-assinado, o diretor havia informado que a empresa responsável pela manutenção dos elevadores já havia sido acionada.

Com o objetivo de acelerar ainda mais a resolução do problema, o sindicato também encaminhou ofício ao presidente do órgão, Danilo Forte.

Solidariedade com os vigilantes

No início do ano, os vigilantes da Funasa paralisaram suas atividades em função dos constantes atrasos no pagamento do salário, transporte e alimentação. A Funasa informou que o repasse à empresa foi feito normalmente e em tempo hábil para o pagamento em dia.

O Sindsep-DF se solidariza com os trabalhadores da vigilância do órgão por entender que o problema decorre da política de terceirização do serviço público.

Servidores e índios pedem a revogação do Decreto 7.056/09

Publicado no DOU de 28.12.09, o Decreto 7.056/09 determina a extinção de 44 Administrações Regionais e 337 Postos Indígenas da Funai, o que torna o Estado brasileiro ausente nessas áreas indígenas. A iniciativa também dá início a um processo de desmonte do órgão e afeta cerca de 2.600 servidores, a maioria dos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Maranhão. De acordo com o decreto, no parágrafo único do art. 5º, “os servidores com lotação nas unidades extintas serão removidos para outras unidades da



13.01: Índios fazem vigília em frente ao prédio da Funai

Funai ou redistribuídos para outros órgãos”. No lugar dos postos extintos, o governo pre-

tende criar somente 36 Coordenações Regionais, deixando os índios totalmente desamparados.

Como resultado, algumas localidades indígenas já registraram a presença de garimpeiros e de grileiros.

Em reuniões com representantes indígenas e dos servidores, respectivamente dias 13 e 14.01, a Presidência da República ouviu a mesma reivindicação: revogação do decreto. O governo ficou de dar um retorno e se dispôs a abrir uma agenda para reavaliar o decreto, que foi construído sem a participação dos trabalhadores da Fundação e dos índios. Enquanto as negociações não começam, os servidores buscam a ampliação de apoio à reivindicação. Já os índios mantêm uma vigília no prédio do órgão e um acampamento no Ginásio Nilson Nelson.

Haiti

CUT declara solidariedade às vítimas do terremoto

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou nota em solidariedade ao povo do Haiti e às entidades sindicais que representam a classe trabalhadora haitiana, após o sismo ocorrido no dia 12.01, que deixou milhares de vítimas. No documento, a entidade expressa “suas mais sinceras condolências a todos os companheiros e companheiras haitianos frente a essa situação tão difícil e extremamente triste que enluta toda a comunidade internacional”.

A direção da CUT ainda afirma que a entidade está disposta em contribuir com o movimento sindical haitiano e participar de missões para reorganizar a ação sindical no país.

A favor da soberania do povo haitiano e da autodeterminação dos povos, a entidade defende que o papel das forças armadas do Brasil em missão no país seja invertido e que neste momento toda a sua estrutura, tecnologia e experiência sejam usadas para apoiar a reconstrução do Haiti.



MP 479/09

Servidores buscam emendas

Está disponível no www.sindsep-df.com.br a análise técnica da Medida Provisória (MP) 479/09, elaborada pela assessoria jurídica da Condsef. A MP foi editada no dia 30.12.09, em substituição ao Projeto de Lei (PL) 5.918/09. Fruto da pressão dos servidores que propuseram diversas emendas ao PL e negociaram a sua edição na forma de MP, a matéria ainda necessita de emendas que podem ser apresentadas na Câmara dos Deputados no prazo entre os dias 02 a 07

de fevereiro. Os servidores buscam um entendimento com o governo para que as mudanças defendidas sejam providenciadas pelo próprio Executivo.

Entre os principais dispositivos da MP estão: a correção da tabela do DNPM, reabertura do prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (CPST), transposição de cargos do MFazenda para o PECFAZ e aumento do teto para percepção da GSISTE. A matéria também promo-

ve alterações de interesse dos servidores do Hospital das Forças Armadas, do Ministério da Cultura, da Funai (GAPIN), do Itamaraty (Carreira de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria), do IPEA e das carreiras de Perito Médico Previdenciário e de Supervisor Médico Pericial. Além disso, altera os arts. 83 e 86 da Lei 8.112/90, que tratam da licença por motivo de doença em pessoa da família e do afastamento para participação em programa de pós-graduação.

PNDH

Em defesa dos direitos humanos, da verdade e da justiça

Tendo em vista o bombardeio sofrido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou nota, em 11.01, defendendo a plena democratização da sociedade brasileira o que exige esclarecimento dos fatos ocorri-

dos durante a ditadura militar. No documento, a CUT ressalta que “os defensores da tortura alegam que os dois lados em conflito deveriam ser investigados.

Acontece que os opositores da ditadura militar já foram punidos, com sequestros, cárceres clan-

destinos, estupros, mortes, “desaparecimentos”, prisões, torturas, exílios forçados”. Na época, o regime de exceção violou suas próprias leis e cometeu crimes de lesa-humanidade que nunca foram esclarecidos. Acesse a íntegra da nota em www.sindsep-df.com.br.